

Pastore negociando com nossos credores

O presidente do Banco Central esteve com os banqueiros em Nova York, ontem. E agora tenta aprovar o programa econômico do Brasil no FMI.

Agora deve sair o empréstimo do FMI

A boa vontade do Fundo Monetário Internacional e as pressões dos banqueiros norte-americanos deverão assegurar a aprovação, pelo Board do FMI, da terceira carta de intenções do Brasil e o desembolso das parcelas retidas, no total de US\$ 825 milhões, do financiamento ampliado do Fundo. Foi o que revelou ontem o dirigente de um grande banco estrangeiro integrante do Comitê de Coordenação da Fase 2 da Renegociação da Dívida Externa Brasileira.

Um técnico do Banco Central, diretamente envolvido nas contínuas conversações com os credores externos até mesmo na gestão do ex-presidente do Banco, Carlos Geraldo Langoni, entende, por sua vez, que o FMI aprovará, em reunião do seu Board no próximo dia 18, a nova carta de intenções com base na própria avaliação do comportamento da economia brasileira.

Segundo esse técnico, o FMI não irá rejeitar o programa econômico em execução pela constatação de que a meta de inflação mensal de 5% foi adiada, deste final de ano para o primeiro trimestre de 1984, ou pelo acúmulo de déficit público acima do valor expresso em cruzeiros no acordo de setembro último.

"Nos dados apresentados ontem, em Washington, pelo presidente do Banco Central, Afonso Celso Pastore, ao FMI, o governo brasileiro procurou mostrar que o erro no cálculo da velocidade de queda da inflação não significa que tudo saiu do ritmo programado", explicou o técnico do Banco Central. Ressaltou que nem mesmo a rejeição do Decreto-Lei nº 2.045 e as conseqüentes concessões parciais para a edição do 2.065 deverão complicar os entendimentos com os credores externos, em razão da manutenção de rígida política monetária, da firme contenção do déficit público e das demais medidas de ajuste já adotadas.

Nos contatos com os técnicos do FMI, o governo brasileiro buscou impor o ponto de vista de que o eventual acúmulo de déficit públi-

co, superior à meta de Cr\$ 19,3 trilhões estabelecida pelo Fundo para dezembro, não implicará desvio nos termos da terceira carta de intenções. Na discussão de critérios, a fonte do Banco Central explicou que deve prevalecer a meta do déficit público em dezembro de 2,7% do Produto Interno Bruto, já que o PIB em cruzeiros também sofre os mesmos efeitos inflacionários dos gastos do governo.

Se houver o esperado acordo em torno de critérios para a mensuração do déficit público e sobre a velocidade mais lenta da queda da inflação, o board do FMI liberará os US\$ 825 milhões já no próximo dia 18, afirmou a fonte do Banco Central. Essa liberação, segundo esse técnico, nada tem a ver com eventuais necessidades de revisão de metas estabelecidas na carta de intenções para o próximo ato.

Delfim, sem credibilidade

O dirigente do banco estrangeiro disse que, no momento, a comunidade financeira internacional só espera que nenhum dos grandes credores desista de aderir à fase 2 da renegociação da dívida brasileira e que o governo brasileiro leve a sério os compromissos com o FMI.

Observou ainda que o mercado financeiro não pode continuar em suspense à espera do desfecho dos sucessivos impasses na condução da política econômica, a exemplo do que ocorreu na tramitação do Decreto-Lei nº 2.045 no Legislativo.

Segundo o executivo do banco credor, os banqueiros lá fora não ignoram a possibilidade de novas crises na cúpula do poder, sobretudo na área econômica. Porém, embora aponte a falta de credibilidade interna e externa da equipe de Delfim Neto, o dirigente do banco estrangeiro informou que os credores não vêem com bons olhos a realização de eleições diretas também no Brasil, a exemplo do que ocorreu domingo último na Argentina. A fonte lembrou que o eleitorado que votou no deputado Mário Juruna (PDT-RJ) pode eleger um governo incapaz de executar uma política econômica coerente.



Pastore e os banqueiros esperam que o problema da dívida brasileira esteja resolvido até dia 18. Mas antes, avisam: o Decreto 2.065 precisa estar aprovado pelo Congresso.

Restrição de crédito para conter a inflação

O governo está preparando um novo aperto monetário, para tentar refrear a hiperinflação. Oficialmente, será mantida a meta de expansão de 90% da base monetária (emissão primária de moeda) e dos meios de pagamentos (depósitos à vista nos bancos e dinheiro em circulação) este ano, mas a equipe econômica está trabalhando a todo vapor para reduzir essa expansão a 80% ou 85%.

O Comitê Interministerial de Acompanhamento da Execução dos Orçamentos Públicos (Comor), encarregado de implantar o programa de ajustamento econômico, já discutiu a questão, em cima dos resultados da inflação de outubro, que poderá estabelecer um novo recorde histórico. Um qualificado técnico do Ministério da Fazenda assegura que a inflação real ficará em "13% é pouco, e a expurgada em 12% e tanto".

O governo tentará aumentar a meta de transferência do orçamento fiscal para o monetário, prevista hoje em Cr\$ 2,4 trilhões. Para isso, o Ministério da Fazenda está projetando um superávit mensal, a partir do qual vai liberando os recursos para os ministérios. Desta forma, vários ministérios receberão todas suas verbas só no começo de 1984, para evitar estouro nas metas do déficit público.

Serão reduzidos todos os tetos de liberação de recursos. As linhas que sofrerão mais cortes são as referentes às Resoluções nº 674 (financiamento à produção de manufaturados destinados à exportação) e nº 643 (financiamento para as trading companies adquirirem bens para exportação).

Membros do Comor realizarão hoje, em São Paulo, uma reunião com o diretor da Cacex, Carlos Viacava. Participarão do encontro os chefes das assessorias econômicas do Ministério da Fazenda, Edésio Fernandes, e da Seplan, Akihiro Ikeda. A redução das linhas de financiamento é considerada essencial para que as metas acertadas como FMI não estourem. O assunto será amplamente discutido com

Viacava, que evidentemente defende os exportadores, já que seu papel é o de estimular o setor para que seja alcançado o saldo comercial de US\$ 6,3 bilhões este ano e de US\$ 9 bilhões no ano que vem.

Também sofrerão cortes os empréstimos do Banco do Brasil ao comércio e indústria, crédito rural, crédito para programas especiais tipo Polonordeste, Polocentro e Poloamazônia.

"Só um novo ajuste"

Um assessor do ministro Ernane Galvêas assegura que o aperto monetário não vai significar recessão muito mais profunda porque a quantificação dos meios de pagamentos "está errada". Ou seja, está errada, na realidade, a contabilização da liquidez, fato que o FMI não conseguiu identificar. Assim, um novo aperto, no entender do técnico, será "só um novo ajuste".

Quanto à expansão dos empréstimos do Banco do Brasil para o próximo ano, possivelmente ultrapassará os 60% inicialmente previstos. Técnicos do banco e do Ministério da Fazenda estiveram reunidos, discutindo o assunto. Ficou definido que no retorno do chefe do Departamento Econômico do Banco Central, Alberto Furuguem, dos Estados Unidos, onde participa de reunião com técnicos do FMI, será feito um trabalho para o ministro Ernane Galvêas colocando as seguintes opções: ou mais recessão ou ameaça de estouro no déficit público. Como sempre, a decisão será política.

Também na próxima semana, quando o superintendente do Ipea (Instituto de Planejamento Econômico e Social), da Seplan, José Augusto Savasini, retornar dos Estados Unidos, será divulgada uma nota oficial informando em quanto ficou o déficit do setor público até setembro. A meta comprometida com o FMI é de Cr\$ 14,9 trilhões, e técnicos da Fazenda asseguram que não houve estouro. Para o final do ano, com uma meta de Cr\$ 19,3 trilhões, a história é diferente. Por isso, a necessidade do novo aperto monetário.

O governo espera para a "próxima semana" a aprovação pelo Congresso do Decreto-Lei nº 2.065, de contenção salarial. Este esclarecimento foi dado na nota liberada ontem em Nova York pelo presidente do Banco Central, Afonso Celso Pastore, após reunir-se com os banqueiros da comissão de assessoramento da renegociação da dívida externa. Ontem mesmo, Pastore embarcou rumo a Washington, para manter novos contatos com os dirigentes do Fundo Monetário Internacional.

Pastore e os banqueiros discutiram a chamada "etapa 2 do pacote de reescalonamento da dívida, que prevê a concessão de 17,5 bilhões de dólares pelos bancos, 6,5 bilhões dos quais sob a forma de novos empréstimos.

A Comissão bancário aprovou o pacote no dia 26 de setembro em sessão mantida na sede do FMI durante sua assembléia anual. Os bancos credores do Brasil — em torno de 800 — foram solicitados a apresentarem sua aprovação ao plano até o próximo dia 10.

William Rhodes, vice-presidente do Citibank e presidente da Comissão de Assessoramento bancário, disse "esperar receber, no final de semana, as respostas afirmativas ao programa financeiro correspondente à parte que se relaciona com os bancos comerciais".

Rhodes acompanhou Pastore na reunião da associação de banqueiros norte-americanos em Honolulu, no mês passado, indo também com ele a Londres e a Zurique para a promoção do plano junto a bancos regionais dos Estados Unidos e do estrangeiro.

Os desembolsos do FMI e dos bancos privados para o Brasil foram suspensos, depois que o governo não cumpriu as promessas feitas ao organismo, especialmente no que se refere ao combate à inflação. No entender do FMI, os salários são responsáveis pelo malogro da política antiinflacionária. Por isto, o governo de Brasília baixou na semana passada novo decreto destinado a conter a inflação por meio da redução dos reajustes salariais nas faixas de melhor remuneração.

Ajuda aos países endividados, um "dever moral".

A Europa Ocidental, os Estados Unidos e o Canadá têm "o dever moral" de dar todo o apoio possível às nações com grandes dívidas externas, como é o caso do Brasil, durante o "processo difícil de renegociação e reescalonamento que está em andamento". Esta é a opinião de David Owen, líder do Partido Social Democrático britânico, num pronunciamento feito em Lisboa e também ao ser inquirido por este correspondente.

Para Owen, há razões de ordem política e estratégica para rejeitar a tese da "punição exemplar do Brasil", defendida pelo assessor econômico e financeiro de Margaret Thatcher, o professor Alan Walters, e pela própria primeira-ministra britânica.

Uma crise sem precedentes num país das dimensões e potencialidades do Brasil pode encaminhá-lo apenas para uma forma peculiar de marxismo-leninismo — disse Owen.

O líder social-democrata, que participou em Lisboa de uma reunião do grupo europeu da Comissão Trilateral, disse que os custos de possíveis erros cometidos por europeus e norte-americanos em suas relações com as 33 nações do que se convencionou chamar América Latina podem ser colossais.

Referiu-se à reciclagem dos petrodólares para a América Latina depois de 1973, lembrando que os governos europeus e norte-americanos (Estados Unidos e Canadá) deram pleno apoio às operações afirmaram que as nações recipientes eram dignas de crédito e foram incansáveis em louvar a maneira eficiente e tranqüila com que tudo se processava.

Agora, nos anos 80, num quadro de recessão econômica mundial prolongada e de falta de liquidez, as nações latino-americanas, enfrentando os problemas de uma redução proporcional das exportações, as altas taxas de juro e do serviço de suas dívidas externas, simplesmente não têm condições de cumprir os seus compromissos porque as circunstâncias são outras — algo

que no entender de Owen exige flexibilidade e senso político.

Diz o líder britânico que houve muito gasto inútil de dinheiro, erros de planejamento, especulação e corrupção em todo esse processo, mas que o grosso das dívidas externas reflete as flutuações do quadro econômico e financeiro internacional a partir da crise do petróleo e que uma repentina ortodoxia punitiva apenas pode contribuir para piorar a situação.

Entende ele que também não se pode deixar que governos como o brasileiro (que não identifica ainda como democrata) julguem que podem indefinidamente manter o recurso à moratória unilateral, como arma para assustar os banqueiros, pois "há um limite que não deve ser ultrapassado".

Volta dos civis

Saudando o advento da democracia na Argentina, Owen considera um fato positivo que os generais estejam devolvendo o poder aos civis em vários países, mas chama a atenção para um aspecto muito particular que deles exigirá muita paciência e inteligência.

Trata-se da "fuga para a frente" dos regimes militares ou tecnocratas que, para evitar decisões graves no que concerne às estruturas econômicas e sociais internas, aproveitaram o excesso de liquidez dos anos 70 para salvar-se através de empréstimos.

Neste momento, os políticos civis chegam ao poder e encontram cofres vazios, hiperinflação, sinais chocantes de corrupção, desordem administrativa e dívidas externas que não têm condições de pagar, pelo menos nos termos aceitos pelos regimes anteriores. E é precisamente neste ponto que é preciso ter a inteligência e a paciência necessárias para ajudar estas nações a vencer uma etapa tão difícil, contribuindo para a consolidação da democracia representativa e para exorcisar as variantes marxistas-leninistas ou militaristas e caudillescas.

Hermano Alves, de Lisboa.

A opinião dos empresários do Sul

"A economia brasileira só voltará a crescer com a renegociação da dívida externa." Essa é a opinião da maioria dos empresários da região Sul, de acordo com uma ampla pesquisa feita junto a 2.948 empresas pela revista Ano Econômico, publicação especial do jornal Zero Hora, de Porto Alegre, que será lançada amanhã.

A renegociação da dívida externa foi defendida por 39,78% dos dirigentes de empresas consultados. Em segundo lugar, com 31,4% das opiniões, vem "a necessidade de dar crédito mais abundante e barato". Para 30,94% dos empresários, é preciso "um maior controle das empresas estatais; e 18,23% acham que "só com a mudança dos ministérios" a economia voltará a crescer.

Ainda com relação à dívida externa, 6,63% dos empresários do Sul mostraram-se de acordo com a decretação de uma moratória brasileira. No mesmo item, 11,5% pediram a "eliminação das empresas estatais"; 4,97% deles reivindicaram "maiores investimentos públicos" e

2,76% responderam que "é preciso um maior arrocho salarial" para reativar a economia do País.

"Quais são os responsáveis pelo fraco desempenho da empresa em 83?" A maioria dos empresários, 45,85% responderam à questão dizendo que é a "atual política econômica". Em segundo lugar com 30,94% das opiniões, veio a "elevação das taxas de juros". Outros 27,7% acusaram a "elevada taxa de inflação". No mesmo item as opiniões foram: "menos votadas apontaram "a falta de poder aquisitivo do consumidor" (22,65%); a "falta de capital de giro" (16,57%); o "quadro político social movido dos últimos meses" (9,94%); o "FMI" (5,52%); a "política salarial" (3,86%); os "banqueiros estrangeiros" (1,65%) e as "eleições diretas à Presidência da República" (1,1%).

Na mesma pesquisa com 2.948 empresas da região Sul, o Ano Econômico escolheu o "Destaque Empresarial/83", que, a nível nacional, ficou com o presidente da Federação das Indústrias de São Paulo, Luis Eulálio de Bueno Vidigal.